

# Sumário

*Prefácio*, xv

## **Parte I – Dos fundamentos da proteção consumerista, 1**

### **1 O surgimento do movimento consumerista, 3**

- 1 A Revolução Industrial, 3
- 2 O consumerismo na antiguidade, 4
- 3 O surgimento do consumerismo moderno, 6
- 4 A legislação consumerista brasileira, 8

### **2 Dos partícipes nas relações de consumo, 12**

- 1 Notas introdutórias, 12
- 2 O consumidor, 13
  - 2.1 O consumidor *stricto sensu*, 14
  - 2.2 Consumidor pessoa jurídica ou profissional, 15
    - 2.2.1 Teoria minimalista ou finalista – subjetiva, 15
    - 2.2.2 Teoria maximalista ou objetiva, 17
    - 2.2.3 Teoria da causa final, 18
  - 2.3 Consumidor por equiparação, 20
    - 2.3.1 Da coletividade de pessoas, 21
    - 2.3.2 Das vítimas do acidente de consumo (*bystander*), 22
    - 2.3.3 Das pessoas expostas às práticas abusivas, 23
  - 2.4 Da importância da equiparação, 24
- 3 O fornecedor, 26
- 4 O produto, 27

- 5 O serviço, 28
  - 5.1 Serviços públicos, 29
  - 5.2 Serviços bancários, 31

### **3 Da proteção legal ao consumidor, 33**

- 1 A Constituição Federal de 1988 e o consumidor, 33
- 2 O código de defesa do consumidor, 35

### **4 Dos princípios informativos nas relações de consumo, 39**

- 1 Dos princípios constitucionais aplicáveis às relações de consumo, 39
  - 1.1 Princípio da soberania, 40
  - 1.2 Princípio da cidadania, 41
  - 1.3 Princípio da dignidade da pessoa humana, 41
  - 1.4 Princípio da isonomia, 43
  - 1.5 Princípios gerais da ordem econômica, 44
- 2 Dos princípios na legislação consumerista, 45
  - 2.1 Princípio da boa-fé objetiva, 46
    - 2.1.1 Dos deveres anexos à boa-fé, 48
      - 2.1.1.1 Dever anexo da transparência, 48
      - 2.1.1.2 Do dever de informação, 50
      - 2.1.1.3 Do dever de segurança, 52
  - 2.2 Princípio da vulnerabilidade, 54
  - 2.3 Princípio da equidade, 57

### **5 Responsabilidade civil nas relações de consumo, 59**

- 1 Histórico da responsabilização civil, 59
- 2 A responsabilidade objetiva no CDC, 63
- 3 A responsabilidade dos profissionais liberais, 66
- 4 Das excludentes de responsabilidades, 67
  - 4.1 Não colocação do produto no mercado, 69
  - 4.2 Inexistência do defeito apontado, 70
  - 4.3 Culpa exclusiva da vítima ou de terceiro, 71
- 5 O caso fortuito ou de força maior, 72
- 6 O dano indenizável, 75
  - 6.1 Dano material ou patrimonial, 76
  - 6.2 Dano moral ou extrapatrimonial, 77
    - 6.2.1 Dano moral ou meros dissabores: como identificar?, 78
    - 6.2.2 Por que indenizar o dano moral?, 80
    - 6.2.3 Desnecessidade de prova do dano moral, 81
    - 6.2.4 Da fixação do valor indenizatório por dano moral, 82
  - 6.3 Dano estético, 83
  - 6.4 Da cumulatividade do dano material, moral e estético, 84
  - 6.5 Dano reflexo ou a ricochete, 87

**Parte II – Dos acidentes de consumo e da defesa do consumidor em juízo, 91****6 Responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto, 93**

- 1 Da responsabilidade pelo fato do produto, 93
- 2 Dos responsáveis pelo dever indenizatório, 95
  - 2.1 Fornecedor real, 95
    - 2.1.1 O fabricante, 96
    - 2.1.2 O produtor, 97
    - 2.1.3 O construtor, 97
  - 2.2 Fornecedor aparente, 98
  - 2.3 Fornecedor presumido, 99
  - 2.4 O comerciante, 99
- 3 Defeitos de produtos (tipologia), 101
  - 3.1 Defeitos por falha de criação, 101
  - 3.2 Defeitos por falha de produção, 102
  - 3.3 Defeitos por falha de informação, 103
  - 3.4 Defeitos por falta de segurança, 104
  - 3.5 Risco de desenvolvimento, 106
- 4 Diferenças entre vício e defeito de produto, 108
- 5 Jurisprudência, 110

**7 Responsabilidade do fornecedor pelo fato de serviço, 116**

- 1 Do fato do serviço, 116
- 2 Do defeito do serviço e sua tipologia, 117
- 3 Dos responsáveis pelo dever indenizatório, 118
- 4 Os profissionais liberais, 120
- 5 Serviços públicos, 120
- 6 Jurisprudência, 121

**8 A defesa do consumidor em juízo, 128**

- 1 Competência do juízo, 128
  - 1.1 Foro privilegiado para o consumidor individualmente considerado, 128
  - 1.2 Competência nas ações coletivas, 130
  - 1.3 Jurisprudência, 132
- 2 Prescrição e decadência, 135
  - 2.1 Decadência, 136
  - 2.2 Prescrição, 138
  - 2.3 Prescrição nas relações securitárias, 140
  - 2.4 Jurisprudência: Decadência, 142
  - 2.5 Jurisprudência: Prescrição em geral, 144
  - 2.6 Jurisprudência: Prescrição contratos de seguros, 146
- 3 Solidariedade entre os participantes na cadeia de produção/distribuição, 149
  - 3.1 Solidariedade condicionada do comerciante pelo fato de produto, 150
  - 3.2 Responsabilidade solidária do fornecedor por seus prepostos, 152

- 3.3 Teoria da aparência, 153
- 3.4 Jurisprudência, 155
- 4 Vedação do instituto de denunciação à lide, 158
  - 4.1 Do chamamento da seguradora ao processo, 160
  - 4.2 Jurisprudência, 160
- 5 Inversão do ônus da prova, 163
  - 5.1 Ônus da prova nas ações por acidentes de consumo, 164
  - 5.2 Inversão do ônus da prova *ope judicis*, 165
  - 5.3 Inversão do ônus da prova em face dos profissionais liberais, 166
  - 5.4 Momento da inversão, 169
  - 5.5 Dos custos com a realização da prova, 171
  - 5.6 Determinação de ofício ou a requerimento da parte, 173
  - 5.7 Jurisprudência, 174
- 6 A democratização do acesso à justiça, 178
  - 6.1 Diferenças entre assistência judiciária gratuita e justiça gratuita, 180
  - 6.2 Justiça gratuita nas relações de consumo, 181
  - 6.3 Jurisprudência, 182
- 7 Desconsideração da personalidade jurídica, 186
  - 7.1 Desconsideração inversa, 189
  - 7.2 Desconsideração da personalidade pelo Poder Público, 190
  - 7.3 Jurisprudência, 191
- 8 A proteção coletiva do consumidor, 194
  - 8.1 Dos legitimados, 196
  - 8.2 Da importância das ações coletivas, 198
  - 8.3 Jurisprudência, 200

*Conclusão*, 203

*Bibliografia*, 205